



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 30.574/2018 — DECISÃO — 09/11/2018

Procedimento de Gestão Administrativa nº 30.574/2018

DECISÃO

Trata-se de Memorando subscrito pelos Promotores de Justiça GUGLIELMO MARCONI SOARES DE CASTRO, OLEGÁRIO GURGEL FERREIRA GOMES, PAULO CARVALHO RIBEIRO e DANIEL ROBSON LINHARES LIMA informando a esta Corregedoria-Geral que:

[...] diversas e graves dificuldades vivenciadas pelos membros e servidores deste *Parquet*, enquanto usuários do sistema PJe, na utilização do referido sistema, o que tem acarretado transtornos no desempenho da atividade-fim, além de configurar, em algumas hipóteses, inequívoca violação de prerrogativas legais da instituição ministerial, a exemplo da intimação pessoal prevista nos arts. 41, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e 180, do CPC.

Como exemplo, mencionam que:

[...] as intimações dirigidas aos Promotores de Justiça por meio do sistema Pje são disponibilizadas em “caixas”, separadas unicamente por unidade jurisdicional, de modo que cabe ao membro do MP buscar rotineiramente na “caixa” de cada Vara perante a qual tenha ajuizado alguma ação se há intimação dirigida à Promotoria respectiva, tendo em vista que não existe nenhuma ferramenta que possibilite “filtrar” ou separar os processos conforme o órgão ministerial nele atuante. [...]

Fazendo-se um paralelo com a metodologia do processo físico, é como se, absurdamente, coubesse ao Promotor de Justiça comparecer diariamente a cada Secretaria de Vara para saber se tem processos com vista ao MP!!! (Grifo constante do original).

Prosseguem afirmando que o sistema permite que outros membros deem ciência em processos que não sejam de sua atribuição, já que os autos, inclusive sigilosos, ficam visíveis a todos os usuários do sistema, ao passo que tomaram conhecimento de que “a versão 2.0 do mencionado sistema, a ser



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 30.574/2018 — DECISÃO — 09/11/2018

implantada em breve, não irá trazer nenhuma alteração que proporcione melhoria das condições de uso pelos membros e servidores do Ministério Público”, de modo que a saída seria “o órgão de representação (defensoria/procuradoria/etc) que desejar, pode usar o MNI para customizar suas necessidades”.

Por fim, apresentam 22 (vinte e duas) sugestões de melhorias no sistema PJe, relacionadas às fls. 04 a 05-verso, a exemplo de “ordenar os processos com vista por ordem cronológica de prazo a vencer, e não pela data de criação do expediente” (item 4), “inclusão de ‘filtro’ para pesquisar lista de processos com vista ao MP para ‘ciente de sentença’, ‘ciente de audiência’ e ‘ciente de decisão’” (item 13) e “aumento do tamanho dos arquivos para inclusão como anexos” (item 15).

Despacho de fl. 10 determinou oficial-se à Procuradoria-Geral de Justiça solicitando informar se foi constituído grupo de trabalho ou adotada alguma outra providência no MPRN para apurar as condições de funcionamento do sistema PJe em face das prerrogativas dos membros do Ministério Público e das dificuldades técnicas noticiadas, constando resposta da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, à fl. 12, no sentido de que foi constituído Grupo de Trabalho para elaborar estudos e sugerir mudanças com o objetivo de aprimorar o funcionamento do PJe (Portaria nº 982/2018-PGJ/RN, constante à fl. 13).

Despacho de fls. 14–15 determinou aguardar-se a reunião do Grupo de Trabalho, agendada para o dia 16/07/2018, e solicitar-se em seguida informação sobre as deliberações tomadas.

Decorrido o prazo e reiterado o ofício, houve resposta às fls. 21–21-verso, subscrita pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto em substituição OSCAR HUGO DE SOUZA RAMOS no sentido de que:

[...] na reunião realizada no dia 16 de julho do corrente ano, foram debatidos vários pontos levantados pela AMPERN e pelas Promotorias de Justiça de Mossoró, representados, respectivamente pela Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier e pelo Promotor de Justiça Guglielmo Marconi Soares de Castro.



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 30.574/2018 — DECISÃO — 09/11/2018

Na oportunidade, restou evidenciado que parte dos problemas relatados decorrem da ausência de conhecimento das ferramentas do sistema PJe, sendo deliberado pela necessidade de se reforçar, por intermédio da equipe de apoio (multiplicadores), orientações acerca do uso do sistema, inclusive com a gravação de videoaulas.

Em relação ao problema da intimação dos processos, notadamente quanto ao fato do Promotor de Justiça de determinada comarca visualizar os processos das comarcas de todo o Estado do Rio Grande do Norte, foi deliberado que a Chefia de Gabinete, na condição de gestor do sistema, faria a vinculação do membro do Ministério Público apenas à comarca em que atua e àquelas em que eventualmente substitui, o que já foi efetivado pelo Dr. Carlos Henrique Rodrigues da Silva.

Ainda no tocante à intimação, diante da informação de que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituição responsável pelo sistema PJe, já comunicou ao Comitê Gestor Estadual, no sentido de que cada Ministério Público deveria implantar o seu módulo de acesso integrado ao sistema, padronizando da forma que melhor lhe convier e seguindo as normas do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), foi esclarecido que o novo sistema de procedimento virtual que está sendo desenvolvido pela equipe técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação — Gerência de Sistemas, denominado e-MP, permitirá esta interoperabilidade, com previsão para o primeiro semestre do próximo ano.

Por fim, restou deliberado também que, enquanto não ocorre a interoperabilidade, fosse realizado pleito junto ao Comitê Gestor Estadual cuja presidência está sendo exercida pelo Desembargador João Rebouças, do TJRN, com a finalidade de que as intimações ao MPRN sejam realizadas de forma padronizada, com o objetivo de permitir a utilização de filtro do nome do destinatário, facilitando o controle dos processos com vista para cada Órgão de Execução. No mesmo sentido — de padronização — também fosse realizada uma orientação aos membros desta instituição para, nos casos de propositura de ações, utilizar o modelo padronizado de nomenclatura da respectiva Promotoria ou Procuradoria.

Como se nota, a Procuradoria-Geral de Justiça já compôs Grupo de Trabalho (integrado inclusive, dentre outros membros, pelo próprio Procurador-Geral de Justiça, pelo Chefe de Gabinete do PGJ e pelo Promotor GUGLIELMO MARCONI SOARES DE CASTRO, um dos subscritores do Memorando) (fl. 13) visando a buscar soluções para aprimorar o sistema PJe, já tendo havido, pelo menos, uma reunião com deliberações tomadas, seja no sentido de a Diretoria de



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 30.574/2018 — DECISÃO — 09/11/2018

Tecnologia da Informação do MPRN desenvolver interoperabilidade entre o sistema e-MP e o sistema PJe, seja no sentido de pleitear-se a padronização, perante o Desembargador Presidente do Comitê Gestor Estadual do sistema PJe, da forma utilizada para as intimações do Ministério Público, permitindo assim a utilização de filtros de pesquisa que facilitem a identificação e a localização dos processos com vista a cada Promotoria.

Diante do exposto, conclui-se que não há, no momento, providências a serem tomadas por esta Corregedoria-Geral, sem prejuízo de, futuramente, poder ser novamente provocado, caso a solução dos problemas noticiados passe a depender de providências a cargo deste Órgão da Administração Superior.

Em face do exposto, determino o **ARQUIVAMENTO** dos autos.

Dê-se ciência aos subscritores do Memorando nº 045/2018-PRM (fl. 05-verso), via e-mail institucional.

Em seguida, **efetue-se** a baixa do procedimento nos registros respectivos, encaminhando-se os autos, em seguida, ao arquivo.

Natal, 09 de novembro de 2018



Anísio Marinho Neto
Corregedor-Geral do MPRN